



CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 58/2018 - UFPA, DE 06 DE ABRIL DE 2018

NÍVEL E (Nível Superior)
ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Área: DESENVOLVIMENTO DE WEB

10 de junho de 2018

Nome: _____ Nº de Inscrição: _____

BOLETIM DE PROVA

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém **50** questões objetivas, sendo **Conhecimentos Básicos – 10** de Língua Portuguesa e **10** de Legislação – e **30** de **Conhecimentos Específicos**. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A), (B), (C), (D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e o seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**.
- 6 Do **Cartão-Resposta**, não serão computadas as questões cujas alternativas estiverem sem marcação, com mais de uma alternativa marcada ou com o uso de corretivo.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O CARTÃO-RESPOSTA somente será substituído se contiver falha de impressão e/ou se os dados apresentados não corresponderem aos seus.
- 8 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas. O BOLETIM DE QUESTÕES não valerá, sob hipótese alguma, para efeito da correção.
- 9 O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 10 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no **item 2** acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 11 Somente será permitido ao candidato levar o seu BOLETIM DE QUESTÕES ao deixar, em definitivo, a sala de provas, no decurso dos **últimos 30 (trinta) minutos** que antecedem o término da prova.
- 12 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 14h30min e término às 18h30min**, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito a 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 13 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.

Boa Prova!



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.

LÍNGUA PORTUGUESA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

Sobre a ciência e a fé

1 “Temos dois olhos. Com um, vemos as coisas do tempo, efêmeras, que desaparecem. Com
2 o outro, vemos as coisas da alma, eternas, que permanecem”, assim escreveu o místico Ângelus
3 Silésius.

4 No consultório do oftalmologista estava uma gravura com o corte anatômico do olho.
5 Científica. Verdadeira. Naquela noite, o mesmo oftalmologista foi se encontrar com sua bem-amada.
6 Olhando apaixonado os seus olhos e esquecido da gravura pendurada na parede do seu consultório,
7 ele falou: “Teus olhos, mar profundo ...”. No consultório ele jamaisalaria assim. Falaria como cientista.
8 Mas os olhos da sua amada o transformaram em poeta. Cientista, ele fala o que vê com o primeiro olho.
9 Apaixonado, ele fala o que vê com o segundo olho. Cada olho vê certo no mundo a que pertence.

10 O filósofo Ludwig Wittgenstein criou a expressão “jogo de linguagem” para descrever o que
11 fazemos ao falar. Jogamos com palavras... Veja esse jogo de palavras chamado “piada”. O que se
12 espera de uma piada é que ela provoque riso. Imagine, entretanto, que um homem, em meio aos risos
13 dos outros, lhe pergunte: “Mas isso que você contou aconteceu mesmo?”. Aí você o olha perplexo e
14 pensa: “Coitado! Ele não sabe que nesse jogo não há verdades. Só há coisas engraçadas”. Vamos
15 agora para um outro jogo de palavras, a poesia: “(...) e, no fundo dessa fria luz marinha, nadam meus
16 olhos, dois baços peixes, à procura de mim mesma”. Aí o mesmo homem contesta o que o poema diz:
17 “Mas isso não pode ser verdade. Se a Cecília Meireles estivesse no fundo do mar ela teria se afogado.
18 E os olhos não são peixes ...”. Pobre homem... Não sabe que a poesia não é linguagem para dizer as
19 coisas que existem. É jogo para fazer beleza. A ciência também é um jogo de palavras. É o jogo da
20 verdade, falar o mundo como ele é.

21 Acontece que nós, seres humanos, sofremos de uma “anomalia”: não conseguimos viver no
22 mundo da verdade, no mundo como ele é. O mundo como ele é é muito pequeno para o nosso amor.
23 Temos nostalgia de beleza, de alegria e – quem sabe? – de eternidade. Desejamos que as alegrias não
24 tenham fim! Mas beleza e alegria, onde se encontram essas “coisas”? Elas não estão soltas no mundo,
25 ao lado das coisas do mundo tal como ele é. Elas não são, existem não existindo, como sonhos, e só
26 podem ser vistas com o “segundo olho”. Quem as vê são os artistas. E se alguém, no uso do primeiro
27 olho, objeta que elas não existem, os artistas retrucam: “Não importa. As coisas que não existem são
28 mais bonitas” (Manoel de Barros). Pois os sonhos, no final das contas, são a substância de que somos
29 feitos. [...]

30 É no mundo encantado de sonhos que nascem as fantasias religiosas. As religiões são sonhos
31 da alma humana que só podem ser vistos com o segundo olho. São poemas. E não se pode perguntar
32 a um poema se ele aconteceu mesmo... Jesus se movia em meio às coisas que não existiam e as
33 transformava em parábolas, que são estórias que nunca aconteceram. E, não obstante a sua não
34 existência, as parábolas têm o poder de nos fazer ver o que nunca havíamos visto antes. O que não é,
35 o que nunca existiu, o que é sonho e poesia tem poder para mudar o mundo. “Que seria de nós sem o
36 socorro do que não existe?”, perguntava Paul Valéry. Leio os poemas da Criação. Nada me ensinam
37 sobre o início do universo e o nascimento do homem. Sobre isso falam os cientistas. Mas eles me fazem
38 sentir amavelmente ligado a este mundo maravilhoso em que vivo e que minha vocação é ser seu
39 jardineiro... Leio a parábola do Filho Pródigo, uma estória que nunca aconteceu. Mas ao lê-la minhas
40 culpas se esfumam e compreendo que Deus não soma débitos nem créditos...

41 Dois olhos, dois mundos, cada um vendo bem no seu próprio mundo...

42 Aí vieram os burocratas da religião e expulsaram os poetas como hereges. Sendo cegos do
43 segundo olho, os burocratas não conseguem ver o que os poetas veem. E os poemas passaram a ser
44 interpretados literalmente. E, com isso, o que era belo ficou ridículo. Todo poema interpretado
45 literalmente é ridículo. Toda religião que pretenda ter conhecimento científico sobre o mundo é ridícula.

46 Não haveria conflitos se o primeiro olho visse bem as coisas do seu lugar, e o segundo
47 também as visse do seu lugar. Conhecimento e poesia, assim, de mãos dadas, poderiam ajudar a
48 transformar o mundo.

ALVES, Rubem. **Pimentas**: para provocar um incêndio, não é preciso fogo. São Paulo: Planeta 2014. Adaptado.



- 1 O texto de Rubem Alves fala, metaforicamente, de dois olhos que possuiríamos para ver os dois mundos distintos que caracterizam a nossa existência. Nessa perspectiva, o primeiro olho é aquele que vê o mundo
- (A) das verdades religiosas.
 - (B) das verdades científicas.
 - (C) dos sonhos e da fantasia.
 - (D) da poesia e da beleza.
 - (E) das coisas inexistentes.
- 2 A palavra *olho(s)* é empregada em sentido figurado, no trecho
- (A) “No consultório do oftalmologista estava uma gravura com o corte anatômico do olho.” (linha 4)
 - (B) “Olhando apaixonado os seus olhos e esquecido da gravura pendurada na parede do seu consultório,...” (linha 6)
 - (C) “Mas os olhos da sua amada o transformaram em poeta.” (linha 8)
 - (D) “E os olhos não são peixes ...” (linha 18)
 - (E) “Elas não são, existem não existindo, como sonhos, e só podem ser vistas com o “segundo olho”. (linhas 25 e 26)
- 3 O mundo visto pelo *segundo olho* é caracterizado de várias maneiras no texto. Algumas palavras que caracterizam ou se referem a coisas que são vistas pelo *segundo olho* são
- (A) eternas, cientista e beleza.
 - (B) conhecimento, verdade e poesia.
 - (C) sonhos, fantasia e efêmeras.
 - (D) religião, poesia e beleza.
 - (E) ciência, conhecimento e verdade.
- 4 A palavra *se* é empregada várias vezes no texto com sentidos diferentes. Essa palavra indica a ideia de condição no trecho
- (A) “Naquela noite, o mesmo oftalmologista foi se encontrar com sua bem-amada.” (linha 5)
 - (B) “O que se espera de uma piada é que ela provoque riso.” (linhas 11 e 12)
 - (C) “...ela teria se afogado.” (linha 17)
 - (D) “E não se pode perguntar a um poema ...” (linhas 31 e 32)
 - (E) “Não haveria conflitos se o primeiro olho visse bem as coisas do seu lugar, ...” (linha 46)
- 5 A palavra *anomalia* (linha 21) pode ser substituída, sem prejuízo de significado, por
- (A) deformidade.
 - (B) normalidade.
 - (C) regularidade.
 - (D) igualdade.
 - (E) paridade.
- 6 No trecho “Acontece que nós seres humanos sofremos de uma “anomalia”: não conseguimos viver no mundo da verdade, no mundo como ele é.” (linhas 21 e 22), os dois pontos foram empregados para
- (A) introduzir uma explicação.
 - (B) introduzir um discurso de forma direta.
 - (C) destacar trechos considerados importantes.
 - (D) introduzir um discurso de forma indireta.
 - (E) dar ênfase a uma expressão em linguagem figurada.



- 7 No trecho “A ciência também é um jogo de palavras.” (linha 19), a palavra *também* expressa a ideia de
- (A) exclusão.
 - (B) condição.
 - (C) inclusão.
 - (D) contradição.
 - (E) conformidade.
- 8 O pronome *eles*, no trecho “Mas eles me fazem sentir amavelmente ligado a este mundo maravilhoso em que vivo...” (linhas 37 e 38), se refere a
- (A) sonhos.
 - (B) parábolas.
 - (C) cientistas.
 - (D) sonho e poesia.
 - (E) poemas da Criação.
- 9 As coisas que não existem e que só são vistas pelo *segundo olho* são importantes porque
- (A) têm poder para mudar o mundo.
 - (B) são expressas por meio de jogos de linguagem.
 - (C) falam do mundo como ele é.
 - (D) são coisas efêmeras que desaparecem.
 - (E) não são vistas pelos burocratas da religião.
- 10 De acordo com o texto, os conflitos com a religião ocorrem porque
- (A) as religiões falam de coisas que não existem.
 - (B) ela nada ensina acerca do universo e do homem.
 - (C) os burocratas da religião são cegos do segundo olho.
 - (D) conhecimento e poesia não podem andar de mãos dadas.
 - (E) o primeiro e o segundo olho veem as coisas de lugares diferentes.

LEGISLAÇÃO (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 11 De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC, observados os seguintes preceitos:
- (A) I – interesse da administração; II – equivalência de vencimentos; III – manutenção da essência das atribuições do cargo; IV – vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; e V – mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional, exclusivamente.
 - (B) I – interesse da administração; II – equivalência de vencimentos; III – manutenção da essência das atribuições do cargo; IV – vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; V – mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; e VI – compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.
 - (C) I – interesse da administração; II – equivalência de vencimentos; III – manutenção da essência das atribuições do cargo; IV – vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; e V – compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade, exclusivamente.
 - (D) I – interesse da administração; II – equivalência de vencimentos; III – vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; IV – mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; e V – compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade, exclusivamente.
 - (E) I – equivalência de vencimentos; II – manutenção da essência das atribuições do cargo; III – vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; IV – mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; e V – compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade, exclusivamente.



- 12 Em conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, aptidão física e mental e o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo fazem parte dos requisitos básicos para investidura em cargo público. Os demais requisitos são
- (A) I – o gozo dos direitos políticos; II – a nacionalidade brasileira; e III – a idade mínima de dezoito anos, somente.
 - (B) I – a quitação com as obrigações militares e eleitorais; II – a nacionalidade brasileira; e III – a idade mínima de dezoito anos, somente.
 - (C) I – a quitação com as obrigações militares e eleitorais; II – o gozo dos direitos políticos; e III – a idade mínima de dezoito anos, somente.
 - (D) I – a quitação com as obrigações militares e eleitorais; II – o gozo dos direitos políticos; e III – a nacionalidade brasileira, somente.
 - (E) I – a quitação com as obrigações militares e eleitorais; II – o gozo dos direitos políticos; III – a nacionalidade brasileira; e IV – a idade mínima de dezoito anos.
- 13 A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, em que consta, dentre outras disposições, a modalidade: de remoção. Para fins do disposto na referida Lei, entende-se por modalidade de remoção:
- (A) I – de ofício, no interesse da Administração; II – a pedido, a critério da Administração; III – a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração: a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; e c) em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
 - (B) I – a pedido, a critério da Administração; II – a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração: a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; e c) em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados, exclusivamente.
 - (C) I – de ofício, no interesse da Administração; II – a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração: a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; e c) em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados, somente.
 - (D) I – de ofício, no interesse da Administração; II – a pedido, a critério da Administração; III – a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração: a) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; e b) em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados, exclusivamente.
 - (E) I – a pedido, a critério da Administração; II – a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração: a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; e b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial, exclusivamente.



- 14 Além de guardar sigilo sobre assunto da repartição; manter conduta compatível com a moralidade administrativa; tratar com urbanidade as pessoas; ser leal às instituições a que servir; são deveres do servidor, de acordo com o que determina a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais:
- (A) I – levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; II – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; III – observar as normas legais e regulamentares; IV – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau; e V – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública.
 - (B) I – levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; II – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; III – observar as normas legais e regulamentares; IV – utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares; e V – recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.
 - (C) I – levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; II – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; III – observar as normas legais e regulamentares; dentre outras.
 - (D) I – levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; II – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; III – observar as normas legais e regulamentares; IV – atuar como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro; e V – exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.
 - (E) I – levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; II – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; III – observar as normas legais e regulamentares; IV – participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário; e V – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado.
- 15 A Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Conforme essa Lei, caberá à Instituição de Ensino Superior avaliar anualmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Educação, se for o caso, o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis:
- (A) I – proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; II – inovações tecnológicas; III – modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição, somente.
 - (B) I – demandas institucionais; II – proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; e III – modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição, somente.
 - (C) I – demandas institucionais; II – inovações tecnológicas; e III – modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição, somente.
 - (D) I – demandas institucionais; II – proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; e III – inovações tecnológicas, somente.
 - (E) I – demandas institucionais; II – proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; III – inovações tecnológicas; e IV – modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.



- 16 Define a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, dentre outras situações, uma parte que trata do regime disciplinar em vários capítulos como: dos deveres; das proibições; da acumulação; das responsabilidades; e das penalidades. De acordo com essa lei, detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a autoridade a que se refere o art. 143 notificará o servidor, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de
- (A) 10 (dez) dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases: I – instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por 02 (dois) servidores estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração; II – instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório; e julgamento.
 - (B) 20 (vinte) dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases: I – instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por 04 (quatro) servidores não obrigatoriamente estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração; II – instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório; e julgamento.
 - (C) 30 (trinta) dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases: I – instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por 06 (seis) servidores não obrigatoriamente estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração; II – instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório; e julgamento.
 - (D) 40 (quarenta) dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases: I – instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por 05 (cinco) servidores não necessariamente estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração; II – instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório; e julgamento.
 - (E) 60 (sessenta) dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases: I – instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por 08 (oito) servidores não necessariamente estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração; II – instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório; e julgamento.



- 17 O Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Além de ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum, existem outros deveres fundamentais do servidor público, como:
- (A) I – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; II – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; III – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; IV – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; V – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos e VI – exercer atividade profissional aética ou ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso.
 - (B) I – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; II – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; III – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; IV – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; V – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos e VI – ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema; dentre outros.
 - (C) I – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; II – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; III – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; IV – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; V – dar o seu concurso a qualquer instituição que atente contra a moral, a honestidade ou a dignidade da pessoa humana e VI – ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
 - (D) I – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; II – permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; III – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; IV – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; V – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos; e VI – ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
 - (E) I – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; II – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; III – fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros; IV – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; V – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos e VI – ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.



- 18 O Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Além da adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual, e da racionalização e efetivação e efetividade dos gastos com capacitação, existem outras finalidades contempladas pela Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, a ser implementada pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, tais como:
- (A) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e IV – estimular a participação do servidor em ações de educação continuada, entendida como a oferta regular de cursos para o aprimoramento profissional, ao longo de sua vida funcional.
 - (B) I – incentivar e apoiar o servidor público em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e IV – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (C) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e IV – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (D) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – promover a capacitação gerencial do servidor e sua qualificação para o exercício de atividades de direção e assessoramento; e IV – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (E) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e IV – assegurar o acesso dos servidores a eventos de capacitação interna ou externamente ao seu local de trabalho.
- 19 O Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. A elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação observará os princípios e diretrizes estabelecidos no art. 3º da Lei nº 11.091, de 2005, e ainda:
- (A) I – cooperação técnica entre as instituições públicas de ensino e as pesquisas e dessas com o Ministério da Educação; II – corresponsabilidade do dirigente da IFE, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, somente.
 - (B) I – cooperação técnica entre as instituições públicas de ensino e as pesquisas e dessas com o Ministério da Educação; II – corresponsabilidade do dirigente da IFE, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e III – adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.
 - (C) I – corresponsabilidade do dirigente da IFE, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e II – adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais, somente.
 - (D) I – cooperação técnica entre as instituições públicas de ensino e as pesquisas e dessas com o Ministério da Educação; e II – adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais, somente.
 - (E) I – corresponsabilidade do dirigente da IFE, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, exclusivamente.

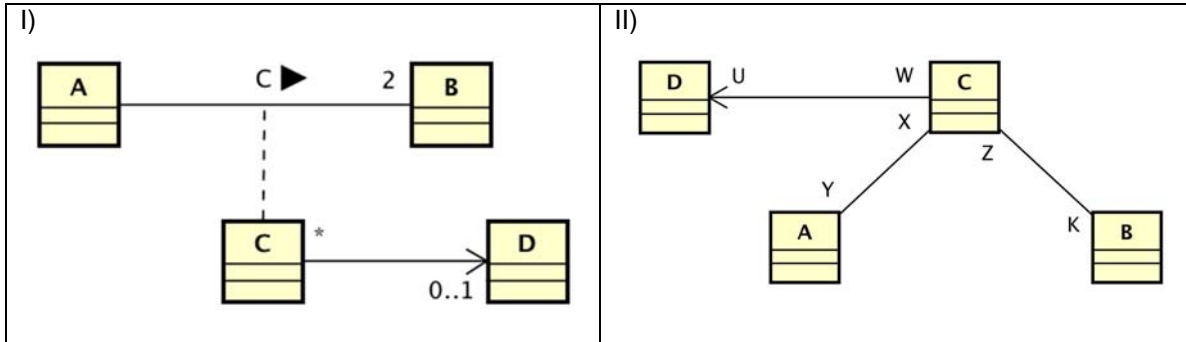


- 20 O Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. Além da racionalização de métodos e procedimentos de controle; compartilhamento de informações nos termos da Lei; e da presunção da boa-fé, os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal observar ainda as seguintes diretrizes nas relações entre si e com os usuários dos serviços públicos:
- (A) I – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; II – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; III – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a proporcionar melhores condições para o compartilhamento das informações; IV – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e V – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos.
 - (B) I – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; II – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; III – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a proporcionar melhores condições para o compartilhamento das informações; e IV – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos, exclusivamente.
 - (C) I – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; II – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; III – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e IV – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, exclusivamente.
 - (D) I – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; II – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a proporcionar melhores condições para o compartilhamento das informações; III – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e IV – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, exclusivamente.
 - (E) I – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; II – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a proporcionar melhores condições para o compartilhamento das informações; e III – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, exclusivamente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 No contexto do Modelo de Referência MPS para Software (MR-MPS-SW), alguns dos processos requeridos por uma organização avaliada no nível F são:
- (A) “Medição”, “Gerência de Requisitos” e “Gerência de Projetos”.
 - (B) “Gerência de Portfólio de Projetos” e “Projeto e Construção do Produto”.
 - (C) “Gerência de Requisitos”, “Gerência de Configuração” e “Definição do Processo Organizacional”.
 - (D) “Gerência de Configuração” e “Gerência de Reutilização”.
 - (E) “Garantia da Qualidade”, “Gerência de Portfólio de Projetos” e “Integração do Produto”.
- 22 O algoritmo *Heapsort*, quando usado para ordenar uma coleção n elementos distintos, possui, respectivamente, complexidade de melhor caso e de pior caso iguais a
- (A) $O(1)$ e $O(n \log n)$
 - (B) $O(n^2)$ e $O(n^4)$
 - (C) $O(n)$ e $O(n^2)$
 - (D) $O(n \log n)$ e $O(n \log n)$
 - (E) $O(n \log n)$ e $O(n \log n^4)$

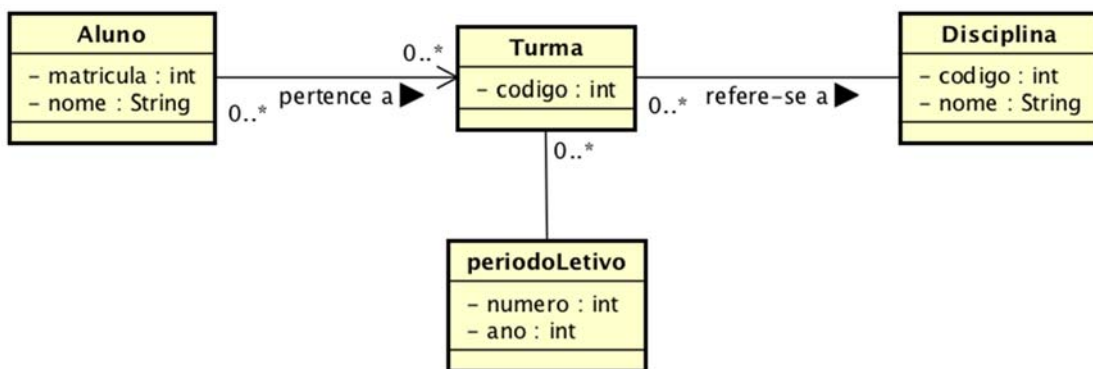
23 Considere os dois diagramas de classe construídos com a notação *Unified Modeling Language* identificados como I) e II). O diagrama II) foi construído com o objetivo de se preservar o significado de I) sem o uso de classe associativa.



Os valores de multiplicidade que, respectivamente, devem ser atribuídos para X, Y, Z, K, W e U são

- (A) 1, 2, 1, 1, *, 0..1
- (B) 1, 1, 1, 1, 0..1, *
- (C) 2, 1, 1, 1, *, 0..1
- (D) 2, 1, 1, 2, 0..1, *
- (E) 1, 2, 2, 1, *, 0..1

24 Considere o diagrama de classes fornecido abaixo, construído com a notação *Unified Modeling Language*.



Quanto ao diagrama, analise as afirmativas seguintes.

- (I) Para se recuperar todos os alunos que estão matriculados em uma Disciplina, se exige: a) recuperar o objeto de Disciplina selecionado e navegar para todas as instâncias de Turma vinculadas. b) para cada instância de Turma vinculada com a disciplina selecionada, se deve navegar pela associação entre Turma e Aluno e recuperar os objetos de Aluno vinculados.
- (II) Um objeto de Turma está vinculado com exatamente uma instância de periodoLetivo, exatamente uma instância de Disciplina e uma quantidade ilimitada de instâncias de Aluno.
- (III) A criação de um objeto de Turma exige que sejam fornecidos um objeto de Disciplina e um objeto de periodoLetivo.

Está(ão) correta(s)

- (A) I, II e III.
- (B) I e III, somente.
- (C) III, somente.
- (D) I e II, somente.
- (E) II e III, somente.



25 Com respeito ao modelo MPS de Serviços (MR-MPS-SV), considere as seguintes afirmativas.

- I Um dos objetivos do processo de Gerência de Incidentes e Solicitações de Serviço é restaurar a prestação do serviço ao estado normal o mais rapidamente possível. As causas subjacentes são tratadas em processo à parte, denominado Gerência de Problemas.
- II O propósito do processo Gerência de Configuração é assegurar que todas as mudanças que afetam os serviços sejam avaliadas, aprovadas, implementadas e revisadas de maneira controlada.
- III O propósito do processo Garantia de Qualidade é iniciar e manter operações de serviço que sejam necessárias, suficientes e sustentáveis, de forma a atender os objetivos estratégicos da organização.

Está(ão) correta(s) a(s) seguinte(s) afirmativa(s)

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) I e III, somente.
- (E) I, II e III.

26 Observe o código fonte Java abaixo.

```
public class TesteException {
    public static void main(String args[]) {
        int a;
        int b;
        try {
            a = Integer.parseInt(args[0]);
            b = Integer.parseInt(args[1]);
            fazAlgo(b,a);
        }
        catch (ArrayIndexOutOfBoundsException e1) {
            System.out.println("X");
        }
        catch (ArithmeticException e2) {
            System.out.println("Y");
        }
        catch (Exception e) {
            System.out.println("Z");
        }
    }

    public static void fazAlgo(int x, int y) {
        System.out.println(x/y);
    }
}
```

Considere que o código é executado da seguinte forma.

```
java TesteException 2 a
java TesteException 2.5 4
java TesteException 4 2
java TesteException 2
java TesteException 2 4
```

A alternativa que relaciona corretamente as saídas do código executado é

- (A) Z, Y, X, X, 2
- (B) Z, Z, 0, X, 2
- (C) X, Y, Z, X, Y
- (D) X, Y, 2, X, 0
- (E) Z, Z, 2, Y, 0

27 Considere o documento fictício abaixo elaborado no contexto de um projeto de desenvolvimento de software.

Projeto: Novo site da instituição									
	Componente 1	Componente 2	Componente 3	Componente 4	Componente 5	Componente 6	Componente 7	Componente 8	Componente 9
Requisito 1		X	X						X
Requisito 2	X								X
Requisito 3				X	X	X			X
Requisito 4							X		
Requisito 5								X	

Obs: o elemento da coluna (vertical) é implementado pelo componente (horizontal). O “X” indica esta associação
Data da última atualização: ___/___/___

Quanto a esse documento, analise as afirmativas seguintes.

- I É uma evidência para atender resultado requerido pelo processo GRE – Gerência de Requisitos do MR-MPS-SW.
- II É um cronograma para acompanhar o andamento do projeto.
- III É uma evidência para atender resultado requerido pelo processo GQA – Garantia da Qualidade do MR-MPS-SW.
- IV É uma evidência para atender resultado requerido pelo processo DRE – Desenvolvimento de Requisitos do MR-MPS-SW.

Está(ão) correta(s)

- (A) I, somente.
- (B) I e IV, somente.
- (C) I, II e IV, somente.
- (D) II e IV, somente.
- (E) I, II, III e IV.

28 Um engenheiro de software está especificando os requisitos para um software que automatize a distribuição das turmas em salas de aula disponíveis em um campus de uma instituição de ensino superior.

Durante o processo de levantamento e especificação de requisitos, o engenheiro de software identificou requisitos funcionais e requisitos não funcionais relacionados com o projeto que está sob sua responsabilidade.

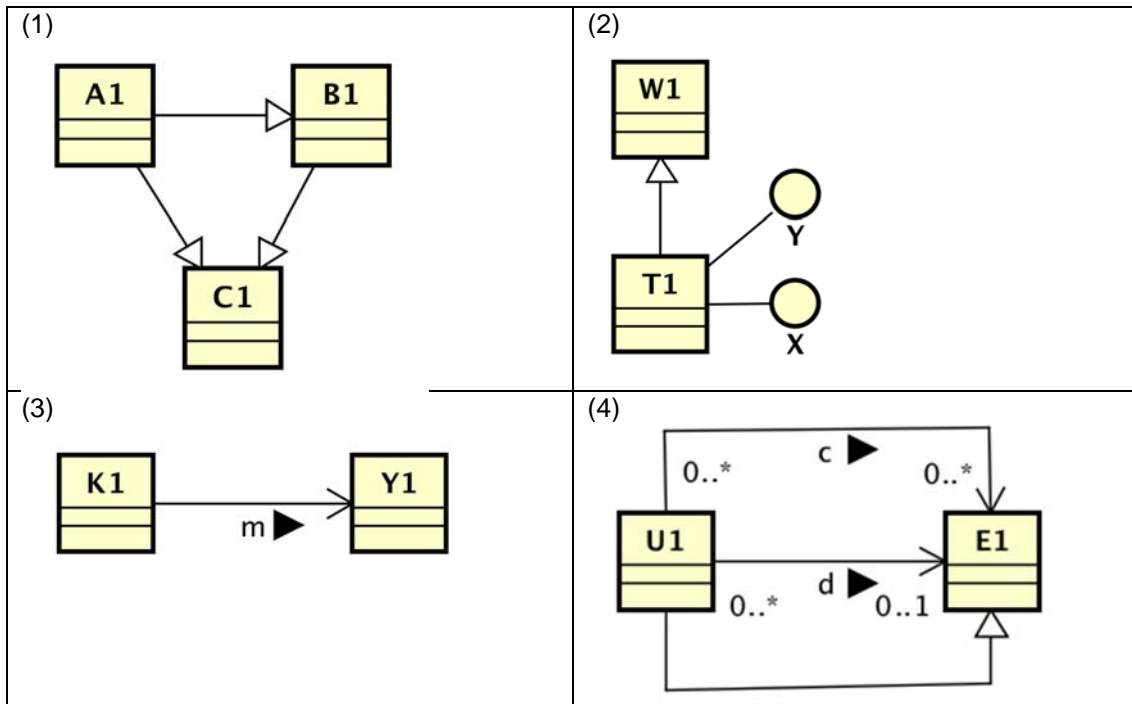
Considere os requisitos relacionados a seguir:

- I O sistema deve ser compatível com navegadores Web executando em smartphones.
- II O sistema deve permitir o cadastro das salas de aula disponíveis para uso, sua localização e sua capacidade.
- III O sistema deve permitir a emissão de relatórios contendo a alocação das salas e turmas.
- IV O sistema deve ser desenvolvido com a linguagem Java.
- V O sistema deve fornecer uma solução de interoperabilidade com os outros sistemas existentes na instituição.
- VI Os relatórios gerenciais devem ser emitidos em no máximo dez segundos no contexto de mil usuários simultâneos.

Dentre os itens relacionados de I a VI, são requisitos não funcionais

- (A) I, II e IV, somente.
- (B) II, III, IV, V e VI, somente.
- (C) I, IV, V e VI, somente.
- (D) II, III e V, somente.
- (E) V e VI, somente.

29 Considere os diagramas de classe apresentados em 1, 2, 3 e 4, e sua implementação na linguagem Java.



Quanto a esses diagramas, analise as afirmativas seguintes.

- I É impossível implementar em Java o modelo expresso pelo diagrama (1).
- II É impossível implementar em Java o modelo expresso pelo diagrama (4).
- III O diagrama (3) representa o envio da mensagem m de um objeto da classe K1 para um objeto da classe Y1.
- IV O diagrama (2) descreve uma classe T1 que simultaneamente é uma especialização de W1 e implementa as interfaces X e Y.

Está(ão) correta(s)

- (A) I e II, somente.
- (B) III, somente.
- (C) IV, somente.
- (D) I e IV, somente.
- (E) I, II e III, somente.

30 Acerca do tema refatoração de software, considere as afirmativas.

- I A refatoração busca evoluir o projeto e código-fonte de um sistema de software para se alcançar alta coesão, isto é, suas classes devem possuir conjuntos extensos de responsabilidades.
- II A refatoração busca evoluir o projeto e código-fonte de um sistema de software para alcançar baixo acoplamento, isto é, a colaboração entre as classes deve ser mantida em um nível mínimo aceitável.
- III A refatoração é o processo de mudar um sistema de software de tal forma que não altere o comportamento externo do código-fonte, embora melhore sua estrutura interna.

Está(ão) correta(s)

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) III, somente.
- (E) II e III, somente.



- 31 Considere o documento abaixo que representa um trecho de um Plano de Medição para uma organização de desenvolvimento de software.

Plano de medição	
Projeto: Sistema de Gestão Acadêmica	
Data da primeira versão: Dia/Mês/Ano	
Data da última versão: Dia/Mês/Ano	
MÉTRICAS	PERIODICIDADE DA COLETA
- Quantidade de erros encontrados - Quantidade de erros corrigidos - Esforço real (homens-hora) - Diferença entre data real de término e data planejada	Ao final de cada atividade do projeto
Tamanho do produto (em Linhas de código padronizadas, e em Pontos de função)	No início e no final de cada iteração do projeto
Quantidade de artefatos produzidos e quantidade de artefatos revisados	No final de cada iteração do projeto

Com base no Plano de Medição fornecido e nos elementos requeridos pelo processo de medição em Engenharia de Software, analise as seguintes afirmativas.

- I O plano estabelece que são utilizadas as métricas Linhas de Código Padronizadas e Pontos de Função para medir o tamanho do produto. Dependendo do objetivo da organização, outras métricas poderiam ser usadas alternativamente.
- II O plano de medição fornecido é baseado na abordagem *Goal-Question-Metric*.
- III Pode-se inferir a partir do plano de medição fornecido que o software está sendo desenvolvido com um método ágil.
- IV Métricas quantitativas e qualitativas estão definidas neste plano de projeto.
- V Um dos elementos requeridos pelo processo de Medição que não está inserido neste Plano é a descrição das pessoas responsáveis pela sua coleta e análise.

Está(ão) correta(s)

- (A) I, II, IV e V, somente.
- (B) I e V, somente.
- (C) IV e V, somente.
- (D) I, II e III, somente.
- (E) IV, somente.



32 Acerca da técnica de Análise de Ponto de Função (APF), considere as seguintes afirmativas.

- I Um dos fatores de ajuste de valor (VAF, *value adjustment factors*) usados no cálculo APF é a complexidade e quantidade de requisitos funcionais especificados para o software.
- II A quantidade de Arquivos de Interface Externos (*external interface files*) é usada para o cálculo APF de um software.
- III Cada arquivo de interface externo é um agrupamento lógico de dados que reside fora da aplicação, mas fornece dados que podem ser usados pela aplicação.

Está(ão) correta(s)

- (A) II e III, somente.
- (B) I, somente.
- (C) II, somente.
- (D) III, somente.
- (E) I, II e III.



Considere o esquema de banco de dados SQL fornecido a seguir para responder às questões 33 e 34.

```
DROP TABLE IF EXISTS ALUNOS;
CREATE TABLE ALUNOS( id integer, nome text, cursoID integer);

DROP TABLE IF EXISTS CURSOS;
CREATE TABLE CURSOS( id integer, nome text );

DROP TABLE IF EXISTS DISCIPLINAS;
CREATE TABLE DISCIPLINAS ( id integer, nome text, cursoID integer);

DROP TABLE IF EXISTS TURMAS;
CREATE TABLE TURMAS ( id integer, disciplinaID integer, professorID integer);

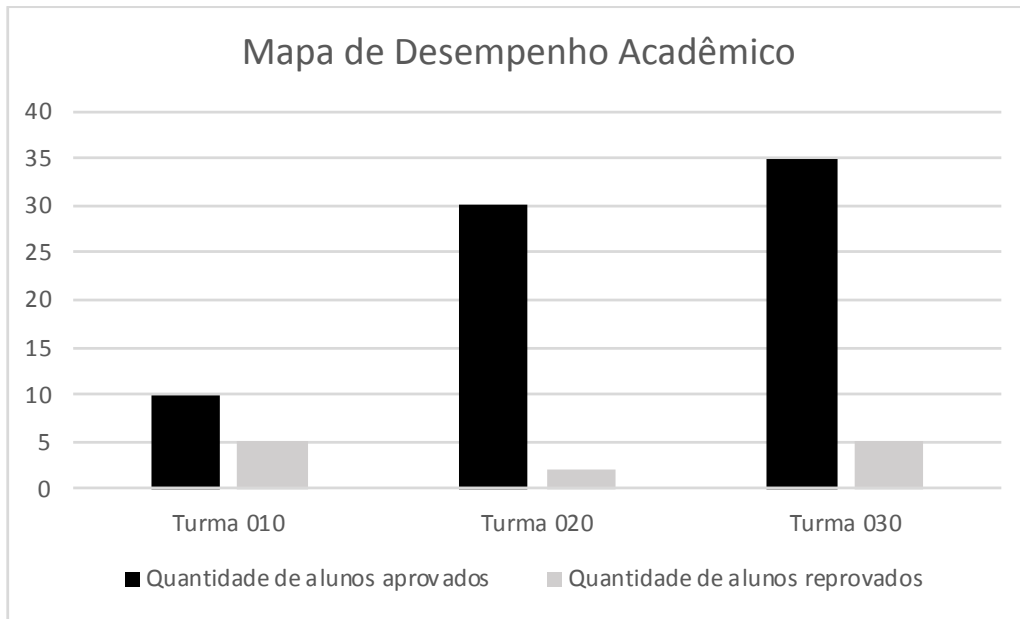
DROP TABLE IF EXISTS PROFESSORES;
CREATE TABLE PROFESSORES ( id integer, nomeProfessor text);

DROP TABLE IF EXISTS TURMASALUNOS;
CREATE TABLE TURMASALUNOS (id integer, turmaID integer, alunoID integer, nota integer);
```

33 Supondo que a nota mínima para aprovação seja 5, a consulta SQL que corretamente recupera a relação de alunos que foram aprovados é

- (A)
SELECT ALUNOS.id AS AlunoID, ALUNOS.nome, TURMAS.id AS TurmaID
FROM ALUNOS, TURMAS, TURMASALUNOS
WHERE TURMASALUNOS.nota >= 5;
- (B)
SELECT ALUNOS.id AS AlunoID, ALUNOS.nome, TURMAS.id AS TurmaID
FROM ALUNOS, TURMAS, TURMASALUNOS
WHERE AVG(TURMASALUNOS.nota) >= AVG(TURMAS.nota);
- (C)
SELECT ALUNOS.id AS AlunoID, ALUNOS.nome, TURMAS.id AS TurmaID
FROM ALUNOS, TURMAS, TURMASALUNOS
WHERE TURMASALUNOS.turmaID = TURMAS.id AND TURMASALUNOS.alunoID = ALUNOS.id AND WHERE
AVG(TURMASALUNOS.nota) >= AVG(TURMAS.nota);
- (D)
SELECT COUNT(DISTINCT ALUNOS.id)
FROM ALUNOS, TURMAS, TURMASALUNOS
WHERE TURMASALUNOS.turmaID = TURMAS.id AND TURMASALUNOS.nota < 5 AND
TURMASALUNOS.alunoID = ALUNOS.id;
- (E)
SELECT ALUNOS.id AS AlunoID, ALUNOS.nome, TURMAS.id AS TurmaID
FROM ALUNOS, TURMAS, TURMASALUNOS
WHERE TURMASALUNOS.turmaID = TURMAS.id AND TURMASALUNOS.alunoID = ALUNOS.id AND
TURMASALUNOS.nota >= 5;

34 Considere o objetivo da gestão acadêmica da instituição de produzir um gráfico com a seguinte informação:



Supondo que a nota mínima para aprovação seja 5, a consulta SQL que corretamente recupera as informações para produzir o gráfico solicitado é

- (A)
- ```
SELECT DISTINCT T.id AS ID_TURMA,
 (SELECT COUNT(*)
 FROM TURMASALUNOS
 WHERE T.ID = TURMASALUNOS.turmaID AND TURMASALUNOS.nota >= 5) AS QTDE_APROVADOS,
 (SELECT COUNT(*)
 FROM TURMASALUNOS
 WHERE t.id = TURMASALUNOS.turmaID AND TURMASALUNOS.nota < 5) AS QTDE_REPROVADOS
FROM TURMAS T;
```
- (B)
- ```
SELECT COUNT(DISTINCT ALUNOS.id)
FROM ALUNOS, TURMAS, TURMASALUNOS
WHERE TURMASALUNOS.turmaID = TURMAS.id AND TURMASALUNOS.nota < 5 AND
TURMASALUNOS.alunoID = ALUNOS.id;
```
- (C)
- ```
SELECT DISTINCT ALUNOS.id AS ID_ALUNO,
 (SELECT COUNT(DISTINCT TURMASALUNOS.id)
 FROM ALUNOS, TURMAS, TURMASALUNOS
 WHERE TURMASALUNOS.turmaID = TURMAS.id AND TURMASALUNOS.nota >= 5 AND
TURMASALUNOS.alunoID = ALUNOS.id) AS QTDE_APROVADOS,
 (SELECT COUNT(DISTINCT TURMASALUNOS.id)
 FROM ALUNOS, TURMAS, TURMASALUNOS
 WHERE TURMASALUNOS.turmaID = TURMAS.id AND TURMASALUNOS.nota < 5 AND
TURMASALUNOS.alunoID = ALUNOS.id) AS QTDE_REPROVADOS
FROM TURMAS, ALUNOS, TURMASALUNOS;
```
- (D)
- ```
SELECT DISTINCT TURMASALUNOS.id AS ID_TURMA,
  (SELECT TURMASALUNOS.id
   FROM TURMASALUNOS
   WHERE TURMASALUNOS.turmaID = TURMAS.id AND TURMASALUNOS.nota >= 5 AND
TURMASALUNOS.alunoID = ALUNOS.id) AS QTDE_APROVADOS,
  (SELECT COUNT(DISTINCT TURMASALUNOS.id)
   FROM TURMASALUNOS
   WHERE TURMASALUNOS.turmaID = TURMAS.id AND TURMASALUNOS.nota < 5 AND
TURMASALUNOS.alunoID = ALUNOS.id) AS QTDE_REPROVADOS
FROM TURMAS, ALUNOS, TURMASALUNOS;
```



(E)
SELECT DISTINCT TURMAS.id AS ID_TURMA,
(SELECT TURMASALUNOS.id
FROM TURMAS
WHERE TURMASALUNOS.turmaID = TURMAS.id AND TURMASALUNOS.nota >= 5 AND
TURMASALUNOS.alunoID = ALUNOS.id) AS QTDE_APROVADOS,
(SELECT COUNT(DISTINCT TURMASALUNOS.id)
FROM TURMAS
WHERE TURMASALUNOS.turmaID = TURMAS.id AND TURMASALUNOS.nota < 5 AND
TURMASALUNOS.alunoID = ALUNOS.id) AS QTDE_REPROVADOS
FROM TURMAS, ALUNOS, TURMASALUNOS;

35 No contexto do Modelo de Referência MPS para Software (MR-MPS-SW), é correto afirmar com respeito à Gerência de Configuração de Software:

- (A) A Auditoria de Gerência de Configuração de Software deve ser encarada como um componente da Auditoria de Garantia da Qualidade, envolvendo os mesmos atores nos dois processos.
- (B) Atualmente, é possível automatizar totalmente o processo de gerência de configuração de software através do uso de ferramentas de gerência de versões de documentos.
- (C) A gerência de configuração de software é um processo “guarda-chuva” na Engenharia de Software e envolve no seu desempenho, necessariamente, profissionais que não estejam relacionados com a produção do software no projeto.
- (D) A função de avaliação e revisão da configuração deve ocorrer quando uma *baseline*, gerada na função de controle da configuração, é selecionada para ser liberada para o cliente.
- (E) O profissional responsável pela auditoria na gerência de configuração em um projeto de software deve ser impedido de assumir qualquer outra responsabilidade na execução de atividades no projeto.

36 Com respeito ao assunto processo de software, considere as seguintes afirmativas:

- I Na Programação Extrema (*Extreme Programming*), o projeto (*design*) arquitetural é encarado como algo transitório que pode e deve ser continuamente modificado conforme a construção prossegue.
- II No Scrum, as *sprints* consistem em unidades de trabalho solicitadas para atingir um requisito estabelecido no registro de trabalho (*backlog*) e que precisa ser ajustado dentro de um prazo já fechado (janela de tempo).
- III No Scrum, o *ScrumMaster* assume o papel de gerente de projetos da equipe ágil sendo, por exemplo, responsável por controlar os prazos e atribuir itens do *backlog* para cada membro da equipe.
- IV O Espiral é um modelo de processo de software evolucionário que une a natureza iterativa da prototipação aos aspectos gerenciais dos métodos ágeis.

Estão corretas

- (A) I e II, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) II e IV, somente.
- (D) I, II e IV, somente.
- (E) I, II, III e IV.



- 37 Com respeito ao processo de Engenharia de Requisitos de Software, considere as seguintes afirmativas.
- I O Diagrama de Classes e o Diagrama de Atividades, ambos fornecidos pela *Unified Modeling Language*, podem ser usados tanto no processo de requisitos quanto na descrição de arquitetura (*design*) de um software.
 - II Em projetos dinâmicos, como na construção de um Jogo Educacional interativo, a especificação de requisitos pode ser substituída por uma abordagem baseada exclusivamente em protótipos evolutivos.
 - III Em uma organização de desenvolvimento de software, os processos de gerenciamento de requisitos e gerenciamento de projetos devem atuar de forma integrada.
 - IV Etnografia, prototipação, entrevistas e questionários são técnicas que podem ser usadas na identificação de requisitos de software.
 - V Os casos de uso descrevem requisitos interativos. Assim, processos internos de um software não constituem casos de uso, não importando quão complexos sejam.

Está(ão) correta(s)

- (A) II e IV, somente.
- (B) III, IV e V, somente.
- (C) V, somente.
- (D) I, III, IV e V, somente.
- (E) I, II e V, somente.

- 38 Com respeito ao Guia de Aquisição de Software e Serviços Correlatos do programa MPS.BR, considere as seguintes afirmativas.

- I Organiza a maturidade da aquisição em oito níveis crescentes, identificados de “G” como nível inicial (inferior) até o nível “A”, o superior.
- II Define um processo padrão para aquisição composto por quatro atividades: Preparação da Aquisição, Seleção do Fornecedor, Monitoração do Contrato, e Aceitação pelo Cliente.
- III Fundamenta os resultados esperados para o processo Aquisição (AQU) descrito no nível F do Modelo de Referência MPS para Software (MR-MPS-SW).
- IV O propósito da atividade de seleção do fornecedor é escolher a organização que será responsável pelo desenvolvimento e entrega do software e serviços correlatos, em conformidade com os requisitos estabelecidos.

Está(ão) correta(s)

- (A) I, III e IV, somente.
- (B) II e IV, somente.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) II, somente.
- (E) IV, somente.

- 39 No contexto da Instrução Normativa 04, que dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) do Poder Executivo Federal, considere as afirmativas seguintes.

- I Veda a contratação de serviços de gestão de processos de Tecnologia da Informação, incluindo gestão de segurança da informação. Entretanto, o apoio técnico aos processos de planejamento e avaliação da qualidade das Soluções de Tecnologia da Informação poderá ser objeto de contratação, desde que sob supervisão exclusiva de servidores do órgão ou entidade.
- II Estabelece como etapas obrigatórias para o Planejamento da Contratação: a Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação, o Estudo Técnico Preliminar da Contratação, a Análise de Requisitos, e o Termo de Referência ou Projeto Básico.
- III Recomenda o uso da técnica de Análise de Ponto de Função para estimativa e controle de projetos de desenvolvimento de software.
- IV Exige que o Termo de Referência ou Projeto Básico da Contratação defina critérios para seleção do fornecedor.

Está(ão) correta(s)

- (A) I e IV, somente.
- (B) I e III, somente.
- (C) II e IV, somente.
- (D) I, somente.
- (E) III e IV, somente.



40 Considere o código-fonte escrito em Java apresentado no quadro a seguir.

```
1. class Calc
2. {
3. int f(int n)
4. {
5. int r;
6. if (n == 1)
7. return 1;
8. r = f(n-1) * n;
9. return r;
10. }
11. }
12. public class Numero
13. {
14. public static void main(String args[])
15. {
16. Calc objeto = new Calc();
17. int a = objeto.f(7);
18. System.out.println("O resultado é : " + (a+1));
19. }
20. }
```

Com respeito ao código fornecido, é correto afirmar que o(a)

- (A) resultado da execução do programa é a exibição da mensagem: O resultado é : 5200.
- (B) execução do programa resulta em ArithmeticException.
- (C) programa apresenta um erro de compilação na linha 12.
- (D) resultado da execução do programa é a exibição da mensagem: O resultado é : 5041.
- (E) programa apresenta um erro de compilação na linha 8, em decorrência de Java não permitir a construção de funções recursivas.

41 Com respeito ao tema Gerência de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), é correto afirmar:

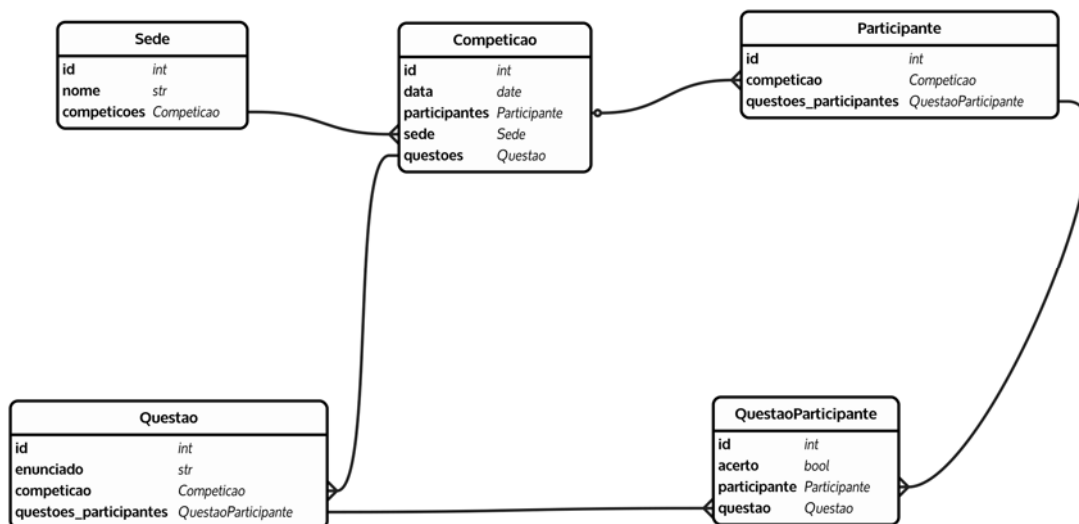
- (A) Um acordo de nível de serviço (também conhecido com *Service Level Agreement*, em inglês) é firmado entre os departamentos ou áreas da unidade organizacional provedora de soluções em TIC que especifica os serviços e as condições em que estes serão entregues.
- (B) Um incidente é definido como uma deficiência de um processo ou componente de um processo que possa causar um problema.
- (C) Um problema é a causa-raiz de um ou mais incidentes.
- (D) O portfólio de operação de serviços é um sinônimo para o catálogo de serviços em uma organização provedora de soluções de TIC.
- (E) Um serviço é definido como um conjunto gerenciado de pessoas e outros recursos alocados para entregar valor para um cliente ou usuário final.

- 4.2 Com respeito ao tema Teste de Software, considere as afirmativas seguintes.
- I O teste de Método em um software Orientado a Objetos equivale ao Teste Unitário em software convencional.
 - II A Complexidade Ciclomática de McCabe é uma técnica para testes de caixa-branca para se certificar de que todas as instruções de um programa sejam executadas pelo menos uma vez nos casos de teste.
 - III A verificação de software requer que os requisitos do software sejam documentados de alguma forma, pois avalia se o software produzido atende aos requisitos especificados.
 - IV Todos os defeitos encontrados no teste de software precisam ser corrigidos imediatamente após a sua descoberta.

Está(ão) correta(s)

- (A) I e II, somente.
- (B) I, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) III, somente.
- (E) II e IV, somente.

- 4.3 Considere o diagrama Entidade Relacionamento fornecido a seguir representando o domínio de informações sobre a gestão de uma competição de programadores.



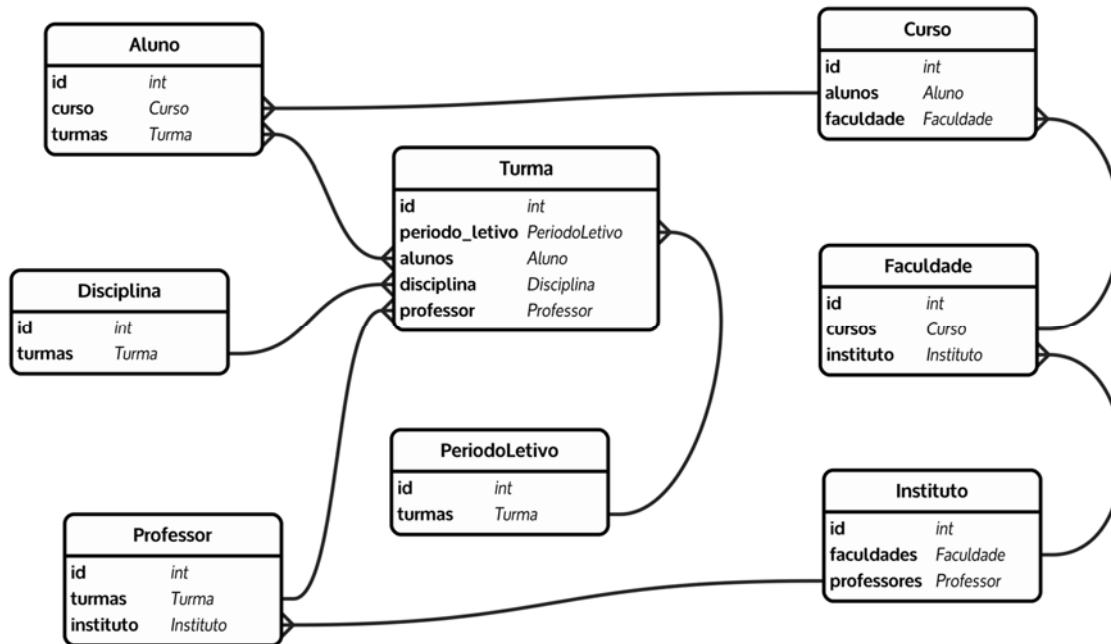
Com base no diagrama fornecido, suponha o objetivo de se realizar o seu mapeamento para um banco de dados Relacional normalizado e analise as seguintes afirmativas.

- I Se o objetivo for permitir que um 'Participante' esteja vinculado com mais de uma 'Competicao', é necessário criar uma tabela adicional.
- II A entidade 'QuestaoParticipante' deve dar origem a duas tabelas adicionais para garantir consistência entre o diagrama e o banco de dados.
- III Se o objetivo for permitir que uma mesma 'Questao' possa ser utilizada em diferentes instâncias de 'Competicao', uma possível solução seria: 1) alterar a cardinalidade do relacionamento entre 'Questao' e 'Competicao', e 2) acrescentar um novo relacionamento do tipo (1:N) entre 'QuestaoParticipante' e 'Competicao'.

Está(ão) correta(s)

- (A) I, somente.
- (B) I e III, somente.
- (C) II, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

44 Considere o diagrama Entidade Relacionamento (ER) fornecido a seguir representando o domínio de informações associado à Gestão Acadêmica Universitária.



Considere também a reprodução do script MySQL automaticamente gerado a partir de uma ferramenta CASE apresentado nos quadros a seguir.



```
/* Início - 44ª questão */
CREATE TABLE `instituto` (
  `id` INTEGER PRIMARY KEY AUTO_INCREMENT
);

CREATE TABLE `faculdade` (
  `id` INTEGER PRIMARY KEY AUTO_INCREMENT,
  `instituto` INTEGER NOT NULL
);

CREATE INDEX `idx_faculdade__instituto` ON `faculdade` (`instituto`);

ALTER TABLE `faculdade` ADD CONSTRAINT `fk_faculdade__instituto` FOREIGN KEY
(`instituto`) REFERENCES `instituto` (`id`);

CREATE TABLE `curso` (
  `id` INTEGER PRIMARY KEY AUTO_INCREMENT,
  `faculdade` INTEGER NOT NULL
);

CREATE INDEX `idx_curso__faculdade` ON `curso` (`faculdade`);

ALTER TABLE `curso` ADD CONSTRAINT `fk_curso__faculdade` FOREIGN KEY (`faculdade`)
REFERENCES `faculdade` (`id`);

CREATE TABLE `aluno` (
  `id` INTEGER PRIMARY KEY AUTO_INCREMENT,
  `curso` INTEGER NOT NULL
);

CREATE INDEX `idx_aluno__curso` ON `aluno` (`curso`);

ALTER TABLE `aluno` ADD CONSTRAINT `fk_aluno__curso` FOREIGN KEY (`curso`)
REFERENCES `curso` (`id`);

CREATE TABLE `professor` (
  `id` INTEGER PRIMARY KEY AUTO_INCREMENT,
  `instituto` INTEGER NOT NULL
);

CREATE INDEX `idx_professor__instituto` ON `professor` (`instituto`);

ALTER TABLE `professor` ADD CONSTRAINT `fk_professor__instituto` FOREIGN KEY
(`instituto`) REFERENCES `instituto` (`id`);

CREATE TABLE `turma` (
  `id` INTEGER PRIMARY KEY AUTO_INCREMENT,
  `professor` INTEGER NOT NULL
);

CREATE INDEX `idx_turma__professor` ON `turma` (`professor`);

ALTER TABLE `turma` ADD CONSTRAINT `fk_turma__professor` FOREIGN KEY (`professor`)
REFERENCES `professor` (`id`);
```



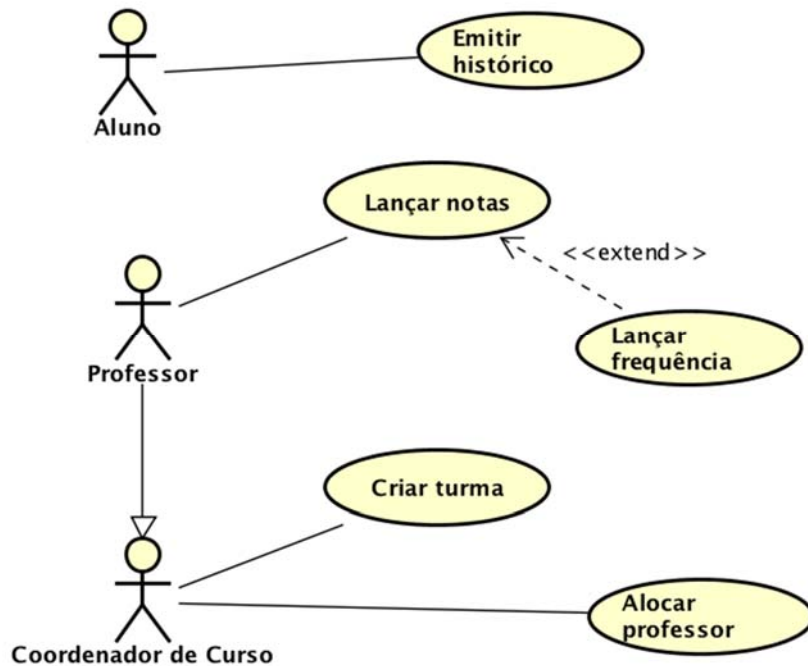

/* Continuação - 44ª questão*/

```
CREATE TABLE `aluno_turmas` (  
  `aluno` INTEGER NOT NULL,  
  `turma` INTEGER NOT NULL,  
  CONSTRAINT `pk_aluno_turmas` PRIMARY KEY (`aluno`, `turma`)  
);  
  
CREATE INDEX `idx_aluno_turmas` ON `aluno_turmas` (`turma`);  
  
ALTER TABLE `aluno_turmas` ADD CONSTRAINT `fk_aluno_turmas__aluno` FOREIGN KEY  
(`aluno`) REFERENCES `aluno` (`id`);  
  
ALTER TABLE `aluno_turmas` ADD CONSTRAINT `fk_aluno_turmas__turma` FOREIGN KEY  
(`turma`) REFERENCES `turma` (`id`);  
  
CREATE TABLE `disciplina` (  
  `id` INTEGER PRIMARY KEY AUTO_INCREMENT,  
  `turma` INTEGER NOT NULL  
);  
  
CREATE INDEX `idx_disciplina__turma` ON `disciplina` (`turma`);  
  
ALTER TABLE `disciplina` ADD CONSTRAINT `fk_disciplina__turma` FOREIGN KEY  
(`turma`) REFERENCES `turma` (`id`);  
  
CREATE TABLE `periodoletivo` (  
  `id` INTEGER PRIMARY KEY AUTO_INCREMENT,  
  `turma` INTEGER NOT NULL  
);  
  
CREATE INDEX `idx_periodoletivo__turma` ON `periodoletivo` (`turma`);  
  
ALTER TABLE `periodoletivo` ADD CONSTRAINT `fk_periodoletivo__turma` FOREIGN KEY  
(`turma`) REFERENCES `turma` (`id`);
```

Quanto ao diagrama e ao código apresentados, é correto afirmar:

- (A) Enquanto o diagrama ER descreve que uma instância de 'Disciplina' está vinculada com um número potencialmente ilimitado de instâncias de 'Turma', o código MySQL exprime que uma instância de 'Disciplina' está vinculada com uma única instância de 'Turma'.
- (B) A tabela denominada 'alunos_turmas' criada no script MySQL não possui correspondente no diagrama original. Sua criação, portanto, não é necessária para manter o mapeamento entre o diagrama original e o script.
- (C) A tabela denominada 'PeriodoLetivo' no script MySQL corresponde à entidade de mesmo nome mantendo o relacionamento de suas instâncias com 'Turma' no MySQL em concordância com o diagrama original.
- (D) A tabela denominada 'Turma' corresponde exatamente à descrição da entidade de mesmo nome e seus relacionamentos.
- (E) Enquanto o diagrama ER descreve que uma instância de 'Faculdade' está vinculada com um número potencialmente ilimitado de instâncias de 'Instituto', o código MySQL exprime que as instâncias da tabela 'Faculdade' estão vinculadas com somente uma instância da tabela 'Instituto'.

45 Considere o diagrama de casos de uso fornecido abaixo, usando a notação *Unified Modeling Language*.



Com base no diagrama fornecido, é correto afirmar:

- (A) Todos os casos de uso vinculados com 'Professor' estão disponíveis para acesso pelo 'Coordenador de Curso'.
- (B) O caso de uso 'Lançar notas' deve ser encerrado para que 'Lançar frequência' possa ser executado.
- (C) A execução do caso de uso 'Emitir histórico' depende de que 'Lançar notas' seja executado anteriormente.
- (D) O caso de uso 'Lançar frequência' está disponível para ser executado pelo ator 'Professor'.
- (E) O caso de uso 'Lançar notas' está disponível para ser executado pelo ator 'Coordenador de Curso'.

46 Segundo a especificação JAVA EE 8, a tecnologia *Java Server Faces* permite utilizar anotações para definir o escopo em que um *Managed Bean* será armazenado. Sobre tais possibilidades de configuração, o escopo que persiste um *bean* durante a interação de todos os usuários com a aplicação web é

- (A) *Application*.
- (B) *Session*.
- (C) *View*.
- (D) *Request*.
- (E) *Compute*.

47 *Contexts and Dependency Injection* (CDI) é uma das principais especificações da plataforma Java EE que provê a integração da camada web com a camada transacional. Uma das tecnologias presentes no CDI são os Qualificadores, cuja finalidade é

- (A) associar o ciclo de vida e interações de componentes para contextos de ciclo de vida bem formados e extensíveis.
- (B) indicar que tipo de *bean* precisa ser injetado em um determinado ponto, dada a possibilidade de existir mais de uma implementação do mesmo tipo.
- (C) gerenciar estados, capturar eventos, validar e converter dados, definir navegação entre páginas, dar suporte à internacionalização e acessibilidade.
- (D) definir componentes que implementam a tecnologia Enterprise JavaBeans (EJB).
- (E) prover um padrão de interoperabilidade entre aplicações que executam em diferentes plataformas e *frameworks*.



- 48 O `psql` é um cliente no modo terminal do PostgreSQL, que permite digitar comandos interativamente, submetê-los para o PostgreSQL e ver os resultados. Um dos comandos usuais na administração de banco de dados é a conexão via SSH para acessar uma base de dados do PostgreSQL. Em relação ao assunto, considere o comando seguinte.

`psql -h a.ufpa.br -p 5435 -d administrativo -U cliente -W`

Supondo que o comando acima é válido, isto é, permite uma conexão em uma base de dados PostgreSQL, é correto afirmar sobre ele:

- (A) O nome do usuário utilizado para conexão é “a.ufpa.br”.
 - (B) A instância do PostgreSQL está rodando na porta padrão.
 - (C) O nome da base de dados a ser acessada é “administrativo”.
 - (D) Após a execução desse comando, o acesso à base de dados se dará imediatamente.
 - (E) O *hostname* da conexão é denominado “cliente”.
- 49 Uma das questões fundamentais relacionadas aos SGBDs é a recuperação de dados, que é extremamente importante quando dados são excluídos erroneamente ou mesmo corrompidos. Nesse contexto, o `mysqldump` é uma ferramenta padrão do MySQL para efetuar *backups* lógicos disponibilizados na sua instalação. Em relação ao assunto, considere o comando seguinte.

`mysqldump -h 192.168.1.42 -u dba -p --opt --routines --triggers administrativo > backup.sql`

Supondo que o comando acima é válido, isto é, realiza um *backup* de uma base de dados MySQL com sucesso, é correto afirmar sobre ele:

- (A) O nome do usuário utilizado para conexão é “dba”.
 - (B) Um novo banco de dados “backup.sql” será criado.
 - (C) O nome da base de dados a ser acessada é “192.168.1.42”.
 - (D) Após a execução desse comando, o *backup* será feito imediatamente.
 - (E) Será gerado o backup da base “administrativo” sem suas *procedures* e *triggers*.
- 50 Após a instalação e configuração do servidor de aplicações Wildfly 8, pode-se executar o *script* `$WILDFLY_HOME/bin/standalone.sh` para iniciar o serviço. Sem argumentos, esse *script* inicia o servidor utilizando a configuração padrão. Entretanto, pode-se substituir a configuração padrão fornecendo argumentos na linha de comando, ou em seu *script* de chamada.

Com base em tais parâmetros, para realizar o *bind* das interfaces públicas de um servidor para todos os endereços do IPv4 se deve utilizar o seguinte argumento:

- (A) `-Djboss.socket.binding.port-offset=100`
- (B) `--server-config=standalone-full.xml`
- (C) `-Djboss.node.name=instancia2`
- (D) `-b 0.0.0.0`
- (E) `--admin-full`